



Editorial

Como se tem dito, a energia é o sangue da economia, por isso nesta que é a 5ª edição do Newsletter Energia & Indústria Extractiva abordamos a importância do sector energético no desenvolvimento socioeconómico e sustentável.

Em Moçambique reina o debate sobre a necessidade de uma maior transparência no sector extractivo como elemento impulsionador da boa governação e do desenvolvimento humano, daí que abordamos o assunto logo a seguir na 2ª página do nosso Newsletter em “transparência no sector extractivo: Uma ideia poderosa em tempo oportuno”. Mais adiante falamos do acesso a energia como candidato a direito humano fundamental, de acordo com a legislação moçambicana e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, por estarmos num mundo globalizado, as novas tecnologias de informação e comunicação só terão sucesso se for garantido o acesso a energia para todos.

Falamos, ainda, do cometimento do governo na expansão da rede eléctrica nacional, acesso a internet, oportunidades no sector agrícola, indústria e comércio, baseando-se sempre nas intervenções dos membros do governo.

Mais além, falamos da potencialidade do país em termos das descobertas de grandes reservas de gás natural e do carvão que passam a ser os recursos mais apetecíveis para o investimento através dos quais Moçambique começa a posicionar-se no mercado internacional como um dos potenciais produtores destes recursos.

Partindo do princípio de que onde há gás, há petróleo, não será surpresa se a médio e longo prazo Moçambique torna-se também um potencial produtor deste recurso em África.

Boa leitura!

Indústria Extractiva: A alavanca imprescindível para o Desenvolvimento de Moçambique

“Para muitos países ricos em petróleo, gás natural e minérios, o desenvolvimento continua uma ilusão; os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres permanecem pobres, a economia fica estagnada, a corrupção prospera e os conflitos acentuam-se. Os sectores da indústria extractiva geram uma riqueza imensa em mais de cinquenta países em todo o mundo mas, muitos desses países não são capazes de traduzir essa herança inesperada em crescimento a longo prazo e melhoramento do bem-estar dos seus cidadãos”
(David L. Goldwyn).

Esta não é de certeza a realidade que os moçambicanos gostariam de ter no seu país.

Há muito que o debate sobre as reais potencialidades de Moçambique tem pairado no mundo académico e político. Mas nos últimos tempos este debate parece próximo de conhecer um desfecho consensual. Moçambique dispõe de recursos minerais com potencial inestimável para alavancar o seu desenvolvimento económico através da projecção de uma indústria extractiva mineira estratégica. Não se trata de expectativas desmedidas. É uma realidade a que os Moçambicanos deverão começar a acreditar.

Porém, sabe-se que o desenvolvimento económico não existe sem que haja um esforço político ajustado. Ou seja não é pela mera existência de potencialidades minerais que Moçambique passará a conhecer algum desenvolvimento económico. A relação entre estas variantes não é tão directa e automática quanto possa parecer. Este alerta é importante porque tem havido alguns enganos e falácias políticas em torno do que deve realmente acontecer para que estas potencialidades no sector da indústria extractiva mineira se reverta num efectivo factor de desenvolvimento económico, social e político de Moçambique.

Dois aspectos deverão ser considerados para que o papel da indústria extractiva mineira seja visível e tenha um impacto positivo na vida das populações e para a economia de Moçambique, a transparência e a gestão responsável dos recursos.

Estes dois aspectos são muito importantes porque só através deles é que se pode ter um futuro mais animador para os moçambicanos. A questão da transparência tem a ver com a maneira pela qual o governo irá lhe dar com os reais ganhos que possam provir deste sector. Para Moçambique este aspecto já é crítico uma vez que a sua candidatura para o ITIE foi chumbada. Este sinal é bastante negativo para uma economia que se prevê nos próximos anos ter a sua base assente no sector da extracção mineira.

A questão da transparência deve ser devidamente acautelada pois dela advêm problemas como a corrupção, convulsões sociais provocadas pela percepção que alguns grupos podem ter em relação a ganhos ou perdas com a exploração destes recursos.

É uma questão muito importante e que Moçambique deverá tomar em conta de modo a que este sector sirva realmente como alavanca para o desenvolvimento do país e não como motor de instabilidade social. A gestão responsável é igualmente importante porque tem a ver com o desenvolvimento sustentável. Este aspecto está ligado como explica Boas (2009:6) com consulta às comunidades, ao povo, a sociedade e o seu envolvimento em todos os processos decisórios. Por outras palavras, a relação a ser estabelecida

no âmbito da exploração mineira não deverá ser vertical, em que as comunidades só sentem as consequências positivas ou negativas da exploração dos recursos mas sim horizontal onde elas participam activamente no ciclo completo de exploração e gestão destes recursos. Com estas duas questões devidamente observadas terão sido dados passos importantes para conversão



dos dividendos obtidos com a extracção dos recursos mineiros para o desenvolvimento real que Moçambique precisa. Mas será necessário que as lideranças assumam com bastante seriedade esta questão. E uma futura admissão de Moçambique a ITIE já seria um bom indicador. Mas enquanto não acontece, existe um TPC para as lideranças no governo: Fazer da indústria extractiva mineira uma alavanca imprescindível para o desenvolvimento político, económico e social de Moçambique. ■

PUB.



Estamos na era do conhecimento, da inovação e das novas tecnologias de comunicação e informação

Siga-nos no site, twitter, facebook, newsletter, Revista Energia Moçambique e na televisão
www.energiamocambique.co.mz

Transparência no sector extractivo: Uma ideia poderosa em tempo oportuno!

| Bady Balde |

No seu discurso durante o lançamento da Parceria do Governo Aberto (Open Government Partnership, OGP em inglês), em Nova Iorque, a 20 de Setembro de 2011, Francis Maude, Ministro e membro do Parlamento britânico, começou com uma citação de Victor Hugo: “Você pode resistir a um exército invasor, mas não pode resistir a uma ideia que amadureceu”. O ministro chegou a sugerir que “a transparência é uma ideia poderosa, cuja hora se fez chegar”. Eu não poderia concordar mais. Posteriormente, o que nos chamou ainda mais atenção foi o anúncio feito pelo presidente norte-americano, Barack Obama, sobre o cometimento dos Estados Unidos para a implementação da ITIE, tornando-o o segundo país da OCDE após a Noruega a implementar esta norma internacional para a transparência nos pagamentos e recebimentos do sector extractivo.

Relatórios financeiros em primeiro plano!

Neste novo milénio, a questão da informação financeira tem vindo à tona, devido ao seu potencial com vista a redução do risco da corrupção, aumentando a eficiência da empresa e prestação de contas do governo. Reconhecendo este potencial, os activistas formaram alianças, como a Publish What You Pay, Global Witness e decidiram trabalhar para pressionar governos e empresas do mundo a divulgar os pagamentos e receitas oriundos do sector extractivo. Este sector amadureceu com a corrupção e financiou conflitos armados em alguns países ricos em recursos, como a República Democrática do Congo e na Serra Leoa (lembrando o caso dos Diamantes de Sangue).

Em 2003, o governo britânico convocou governos, empresas e organizações da sociedade civil e estes, por sua vez, concordaram em criar uma estrutura de divulgação da qual veio a ser fundada a ITIE. Entretanto, o Painel Internacional da ITIE e o mecanismo de controlo de qualidade da ITIE foram estabelecidos em 2007. Em 2011, uma nova edição das Normas ITIE entrou em vigor, que contém requisitos mais rigorosos para a divulgação. Hoje, 35 países estão a implementar a iniciativa. Com cerca de 3,5 bilhões de pessoas, quase metade da população do mundo, vivem em países ricos em petróleo, gás, ouro e outros minerais valiosos, nestes países a transparência no sector extractivo é crucial para o alcance do desenvolvimento.

Mas quão poderosa é essa ideia?!

Em meio às expectativas em torno do lançamento da Parceria de Governo Aberto, em Nova Iorque, Clare Short, Presidente do Conselho Internacional da ITIE colocou uma pergunta ousada a um painel público: “Como sabemos que a transparência vai levar a prestação de contas?” O painel, que incluía personalidades como Sanjay Pradhan, do Instituto do Banco Mundial, responderam: “Depende”, e ela disse, “vocês acertaram!”

No Gana, por exemplo, um estudo do Banco Mundial considerou que a divulgação dos termos dos contratos seria a chave para assegurar que as receitas de minerais e do petróleo daquele país africano fosse todos contabilizados. Outro painellista, Yamini Ai-



yar, da Iniciativa de Responsabilidade, observou que os efeitos de transparência são tão amplos e complexos que os métodos quantitativos por si só não poderiam captar os efeitos desejados. Daí que, Short sugeriu a implementação de uma pesquisa antropológica e outros estudos qualitativos que seriam necessários para compreender as reacções dos cidadãos à informação e como fazer o melhor uso dela.

No seu livro “O Perigo e a Promessa da Transparência, publicado em 2007, Archon Fung, Maria Graham e David Weil dedicaram um capítulo inteiro para explicar-nos “O que torna o trabalho Transparente”.

Depois de revisitar as políticas alvos de transparência, tanto a nível nacional e internacional, eles descrevem uma complexa cadeia de reacções que conduzem à mudança de comportamentos. Os autores descobriram que as informações fornecidas por medidas de transparência eram muitas vezes incompletas, incompreensíveis ou irrelevantes para os consumidores, investidores, trabalhadores e até moradores das comunidades. Assim, concluíram que, para serem bem sucedidas, as políticas de transparência devem gerar informações precisas, perante os esforços reveladores “para encontrar brechas, e acima de tudo, foco nas necessidades dos cidadãos comuns. Com as políticas de direita, a transparência surte efeitos positivos em várias áreas da sociedade.

Com os Estados Unidos, o motor da economia mundial, a comprometeram-se a implementar a iniciativa da transparência na Indústria Extractiva, a transparência das receitas da indústria extractiva vai, verdadeiramente, transforma-se numa norma internacional.

Por outro lado, organizações internacionais da sociedade civil, como a Publish What You Pay, Revenue Watch Institute, a Global Witness, a Transparência Internacional, Oxfam e muitos outros, que têm trabalhado incansavelmente defendendo essa política nos últimos 10 anos, conseguiram, diga-se, efectivamente, mudar o paradigma. Nas suas campanhas em prol da transparência e abertura, a questão já não é a de que os governos devem implementar a ITIE, mas sim, “por que não...?”, tendo em conta, que estamos perante um feito notável, e ressaltando ainda que a transparência é de facto uma ideia poderosa e madura. ■

APÓS DERRAME DE PETRÓLEO NO DELTA DO NÍGER

Nigerianos exigem mil milhões de dólares de compensação à Shell

Queixa foi entregue num tribunal do Estado de Michigan, e tem a ver com os derrames de petróleo no Delta do Níger.

Na Nigéria, a população do Estado do Delta do Níger rico em petróleo apresentou queixa contra a Shell num tribunal americano exigindo a compensação dez mil milhões de dólares por causa de estragos causados pelo derrame de petróleo.

A queixa em nome do povo de Ogale, uma comunidade no Estado do Rivers, foi interposta num tribunal americano do Estado do Michigan, solicitando compensações pelos estragos cometidos durante décadas de poluição pela companhia petrolífera Shell.

O chefe da comunidade de Ogale, Godwin Okpabi diz que o valor de mil milhões de dólares é irrisório quando comparado com os benefícios que a companhia anglo-holandesa obteve no Delta do Níger.

“Em Detroit, Michigan estamos a pedir a compensação pelo petróleo em que fizeram biliões e biliões de dólares. Sempre que tenham causado estragos, estes actos nos afectam permanentemente, e de forma desconfortante, por isso devem pagar. E Estamos a pedir uma coisinha de nada, mil milhões de dólares.”

Um relatório das Nações Unidas sobre o meio ambiente publicado no mês de Agosto indica que serão necessários 30 anos para se ver livre dos estragos causados pelo derrame do petróleo no Delta do Níger. A Organização Mundial de Saúde



diz por seu lado que os níveis de contaminação com substâncias cancerígenas na água potável no Delta do Níger são 900 vezes superior ao limite estabelecido pela lei.

O governo nigeriano teve por isso que assegurar o fornecimento e distribuição de água potável à Ogale por causa da poluição das nascentes. O líder juvenil de Ogale, David Awaka diz haver por toda a região sinalizações advertindo as pessoas para não beberem a água contaminada.

“A directiva do ministério dos recursos hídricos no Estado do Rivers, é no sentido de sensibilizarmos as pessoas, para que não usem as águas e fontes contaminadas. Estamos a fazer isso porque a água contém resíduos ácidos.”

A Shell por sua vez afirma que a maior parte dos derrames de petróleo no Delta do Níger é resultado de sabotagem e roubo do crude. Contudo a companhia

adianta haver um sistema no local para assegurar a limpeza o mais rápido possível desses mesmos derrames.

A longa degradação ambiental no Delta do Níger tem alimentado os ataques contra infra-estruturas petrolíferas por parte de grupos armados, que entretanto foram amnistiados através de um acordo com o governo federal.

A queixa de mil milhões de dólares de compensação intentada num tribunal americano contra a Shell, está prevista numa lei de 1789 que considera as companhias sediadas nos Estados Unidos como responsáveis por incumprimento da lei no estrangeiro. A mesma lei tinha permitido no passado que famílias do Delta do Níger tivessem apresentado queixa no Supremo Tribunal americano contra a Shell por alegada cumplicidade na violação dos direitos humanos durante o regime militar do General Sani Abacha. Fonte: VOA

PUB.

**VISITA E PUBLICITE
AQUI E NO**

www.energiamocambique.co.mz

**OS SEUS PRODUTOS
E SERVIÇOS.**



**SUBSCREVA
ESTE
NEWSLETTER**

+258 21 32 71 16/17

+258 84 30 66 780



Armazenagem e Distribuição de Combustíveis



Grande enchimento de Combustível



Vista parcial da instalação oceânica da Berra

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE



PUB.

EM ÁFRICA

Moçambique pode vir a ser um grande produtor de gás natural

Moçambique poderá tornar-se em breve num dos principais produtores de gás natural do continente africano, devido às consecutivas descobertas de reservas de gás natural na bacia do Rovuma e, desta vez, no poço “Camarão”, afirma a Economist Intelligence Unit (EIU). Localizado na bacia do Rovuma, na costa da província de Cabo Delgado, o poço “Camarão” teve em Outubro confirmada a sua viabilidade pela empresa operadora, Anadarko Petroleum, com a descoberta de novos depósitos de gás natural de grandes dimensões, estimados em 10 biliões de pés cúbicos, de acordo com o mais recente relatório da EIU sobre Moçambique.

Na sequência da descoberta, adianta, a estimativa de reservas de gás natural será “substancialmente revista em alta”, dos 12 biliões de pés cúbicos anteriormente identificados em toda a zona.

Excluindo a Nigéria, que tem reservas de gás natural avaliadas em 187 biliões de pés cúbicos, as reservas totais provadas na África subsaariana atingiam 41 biliões de pés cúbicos no final de 2010, segundo a BP.

“Isto significa que Moçambique pode em breve tornar-se num dos principais produtores da África subsaariana”, sublinha a EIU.

“Uma vez que a empresa estatal de energia, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, tem uma participação de 15%, o que significa que não é responsável pelos custos iniciais de exploração, o benefício para o erário público pode ser significativo assim que a produção começar”, adianta.

Já depois da descoberta, a Anadarko encomendou estudos de viabilidade para o desenvolvimento de uma unidade de gás natural liquefeito (GNL) na zona, podendo os projectos de engenharia avançar no início

de 2013.

A unidade poderá entrar em produção em 2018, de acordo com a EIU, e tornar-se no “maior investimento de capital em Moçambique até hoje, estabelecendo os hidrocarbonetos como um grande novo sector da economia”.

Actualmente, os únicos campos de gás em produção no país situam-se na província de Inhambane, a sul, de onde são exportados para a África do Sul através de um gasoduto.

As zonas de exploração na costa da província de Cabo Delgado foram concessionadas pelo governo em 2008, e envolvem várias multinacionais, como a Petronas, da Ma-



lásia, que está a iniciar o seu programa de perfurações.

A EIU prevê que a economia de Moçambique cresça 7,3% este ano, acelerando para 8% em 2012 e 8,5% em 2013.

A economia vai começar a sentir o efeito do início das exportações de carvão do maior investimento mineiro do país, as minas de Moatize, controladas pela brasileira Vale.

O primeiro carregamento de carvão, de 35 mil toneladas, saiu de Tete a 9 de Agosto na recentemente reconstruída linha de caminho-de-ferro do Sena, em direcção ao porto da Beira, de onde já partiu rumo ao seu destino.

Contudo, salienta a EIU, as infra-estruturas apresentam-se como grande desafio ao desenvolvimento futuro da indústria mineira do país, quer no transporte, quer no armazenamento nos portos, antes da exportação. (macauh) ■

BREVES

Vale tem queda de 23% no lucro do terceiro trimestre

A mineradora Vale teve lucro líquido de R\$ 7,89 biliões de reais, no terceiro trimestre de 2011, 23% abaixo do registado no trimestre anterior. O resultado é 25% menor, que o aferido no mesmo período do ano passado.

Segundo a mineradora, a principal razão para a queda do lucro, é a depreciação do real frente ao dólar.

Sinopec interessada nos activos brasileiros da Galp

A Galp Energia está em conversações para vender uma posição na sua unidade brasileira à China Petrochemical Corp (Sinopec), revelaram à Bloomberg algumas fontes próximas do processo.

A petrolífera portuguesa está a negociar com a Sinopec, e com pelo menos mais outro interveniente do mercado energético, a venda de parte dos seus activos no Brasil, declarou à agência uma pessoa com conhecimento do processo e que preferiu manter o anonimato.

Quando contactado via telefone pela Bloomberg, Huang Wensheng, porta-voz da Sinopec, disse que a empresa chinesa não comentaria especulações ou rumores de mercado. Fonte oficial da Galp também não quis comentar esse assunto quando questionada pela Bloomberg.

A Galp contratou o JPMorgan Chase, o UBS e o Bank of America como consultores desta venda, avançaram outras fontes à Bloomberg no passado mês de Maio. Fonte: JN

NIGÉRIA

Shell assina contrato orçado em US\$ 49 milhões para ampliar produção de gás natural

A Shell assinou um contrato avaliado em US\$ 49 milhões com a produtora local S.C.C Nigeria para ampliar a produção de gás natural no país.

Em um ano a companhia holandesa prevê ampliar de 300 milhões para cerca de 330 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A Shell é responsável pela operação dos maiores campos de gás natural da Nigéria. Fonte: Económico

Reflectindo sobre o Acesso à Energia como um Direito Humano fundamental: um olhar a realidade moçambicana no contexto da era global

“Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”,

(Declaração Universal de Direitos Humanos, Artigo XXII).

No mundo globalizado em que vivemos, os mercados internacionalmente interligados, as culturas são difundidas em escala global, a informação é praticamente imediata, tem emergido o debate sobre a questão dos direitos fundamentais, como um tema universal e afecto à todas as nações. Busca-se reafirmar àqueles direitos existentes, mas sobretudo, aumentar a sua margem de actuação no mundo. É neste contexto que o acesso à energia surge como candidato à direito humano fundamental, tendo em vista as características da sociedade actual.

Estudos recentes enfatizam o surgimento de novos Direitos Humanos Fundamentais, mais especificamente: O Acesso à Energia numa altura em que se verifica crescentes interacções económicas, sociais, culturais e políticas entre pessoas, organizações não governamentais, multinacionais, instituições bi e multilaterais, Estados, etc. O que marca

fundamentalmente a globalização é a revolução tecnológica que o mundo conheceu expresso pelo advento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), destacando, o poder da internet, celulares, computadores, etc, que alteraram o modo de pensar, trabalhar e estar das pessoas na sociedade.

A globalização é interpretada como internacionalização e interdependência entre países. Nesta perspectiva, a globalização é um lugar onde mensagens, ideias, conhecimento, mercadorias, investimento, circuito monetário e o movimento transfronteiriço, etc, fluem com bastante rapidez.

Após o que foi dito acima fica evidente que Moçambique é chamado a intervir mais neste contexto. Olhando, historicamente, a reflexão deste assunto, nota-se no Preâmbulo da Constituição de 2004 que “ Conquistada a Independência Nacional

em 25 de Junho de 1975, devolveram-se ao povo moçambicano os direitos e as liberdades fundamentais”. Já no artigo 11 sobre os Objectivos da Constituição destaca “ a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos”.

Numa perspectiva da história universal, recuando um pouco no tempo ” ficamos a saber que: No século XIX , os socialistas definiram os direitos sociais, que na primeira primeira metade do século XX, foram

mais complicada. Mais, adiante observa-se que a actual Constituição da República não aborda o acesso à energia como um Direito fundamental. Mas o Governo tem demonstrado interesse de ver aumentada a rede de electrificação do País, com destaque para às regiões rurais. Esta iniciativa é de louvar. Contudo, é importante também reflectir sobre os riscos da ocorrência de acidentes/incêndios nas centrais térmicas e de transformação, influenciado em certa medida pela expansão da rede nacional.

Retomando o foco deste artigo, consideramos que Moçambique terá ainda imensas dificuldades em tirar vantagens do processo de globalização, enquanto não for garantido o acesso a energia para milhões de moçambicanos. Recentemente, o Presidente da República, Armando Guebuza, abordou o desafio que o país tem pela frente no que concerne a garantia do acesso a energia e internet por parte dos moçambicanos. Por seu turno, o Ministro da Agricultura, José Pacheco, lamentou o facto de Moçambique não estar a beneficiar das vantagens da globalização comercial no sector agrícola. Já o

Ministro da Energia, Salvador Namburete, debruçou-se sobre a necessidade de haver uma revisão do regime legal do sector energético em vigor no País. Assim, os produtores moçambicanos que pouco estão a usar as vantagens da existência de um amplo mercado regional e global que necessitamos para colocar os produtos que em muitas circunstâncias apodrecem nos armazens e celeiros a nível local. Armando Inroga, Ministro da Indústria e Comércio, diz ainda que é apenas com o aumento da produção e produtividade que iremos vencer o desafio da pobreza e dependência comercial em relação a outros países.

Sendo o acesso a energia candidato a um direito humano fundamental no nosso ordenamento jurídico, espera-se que Moçambique e os moçambicanos acolham esta iniciativa e não sejam um dos maiores e principais violadores dos direitos humanos fundamentais. ■



introduzidos nas constituições de todos países pelos partidos social-democratas. O do Estado do Bem-Estar Social, aparece para reforçar os direitos sociais e o papel cada vez maior que o Estado assumiu ao promover o crescimento económico e a competitividade internacional. Estas mudanças significaram um enorme reforço a ideia de Estado como Res-Publica (Valoriza-se o bem Público e o exercício da Cidadania) para travarem a crescente ganância de certos indivíduos e grupos desejosos em submeter o Estado a seus interesses particulares.

Nota-se que o acesso aos recursos materiais que permite as pessoas utilizar a internet e outros serviços oferecidos pelas TICs no actual contexto da globalização tem custos. O custo muitas vezes não está ao nível da capacidade do camponês ou mesmo do funcionário que recebe o salário mínimo, quer para quem vive nas cidades, assim como no campo, aqui a situação é

Vale vai investir 20% abaixo do previsto



O orçamento recorde de US\$ 24 bilhões programado pela Vale para este ano saiu do radar da mineradora. Ontem, o presidente da companhia, Murilo Ferreira, admitiu que os investimentos vão somar, no máximo, US\$ 19 bilhões.

A crise, porém, apesar de não ser responsável pela alteração do cronograma de investimentos, alterou a estratégia comercial do grupo. “O mercado europeu está mais fraco. Já tivemos alguns cancelamentos (de contratos na Europa). Nada muito significativo”, revelou o director de marketing, vendas e estratégia da Vale, José Carlos Martins.

Para driblar essa retração de demanda, a companhia tem desviado para a China parte das vendas inicialmente programadas para a Europa.

‘São dois ou três navios (embarcados com minério de ferro) a mais por mês’, contou. Além da Europa, a companhia sentiu um arrefecimento de demanda por minério de ferro também no Brasil. A estratégia de focar mais na China segue o modelo adoptado durante a crise de 2009, quando o país asiático chegou a representar cerca de 60% das receitas da mineradora. Actualmente, a fatia chinesa gira em torno de 35%.

‘Essa é destinação natural toda vez que se tem uma queda de mercado nas áreas onde a Vale tem participação grande, como no Brasil e na Europa’, explicou Martins. A calibragem na área comercial não tirou o optimismo dos executivos da Vale. Tanto que Ferreira é categórico ao descartar corte de produção e ainda garante que a sobra do orçamento de 2012 será gasta já no primeiro trimestre de 2012. Apesar da recessão na Europa, o executivo pondera que a situação, hoje, é bem diferente da vivida em 2009, quando a companhia promoveu demissões e reduziu produção no Brasil e no exterior. Tanto que a companhia trabalha com uma recuperação no preço do minério de ferro no curto prazo.

Outros Investimentos Durante a teleconferência, Ferreira informou que o orçamento da companhia para 2012 será divulgado no dia 28 de Novembro, durante o Vale Day, em Nova York. Para agilizar a obtenção de licenças ambientais, processo que vem atrasando os projectos do grupo, a Vale criou um comité executivo para tratar do assunto. O grupo vai se reunir semanalmente e já elaborou um guia de procedimentos para obtenção dessas licenças.

Além disso, a mineradora pretende fazer uma análise de risco em 20 projectos considerados mais críticos para a companhia. Segundo o homem forte da Vale, o objectivo de passar uma lupa nos projectos é diminuir as incertezas em torno de prazos ou custos que influenciem no cronograma e orçamento. Ferreira explicou ainda que a análise de risco deve incluir




SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIOS

SPRINKLERS - Convencionais



Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro, N. 1123, 1º e 2º andar, Porta N.
 Tel.: +258 21 327116 / 21 327117 • Fax: +258 300948 • Caixa Postal: 302
 Cel: +258 84 42 11 091 / 82 62 34 124 • 84 30 66 180
 E-mail: prolog@prolog.co.mz instalfogo@instalfogo.pt
 Maputo - Moçambique

PUB.



até uma comparação com os custos de produção de outras concorrentes. Por outro lado, o presidente adiantou que, no próximo ano, a Vale vai alterar a sua metodologia e divulgará os números apenas dos projectos cujas licenças ambientais já foram aprovadas. ■



ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA
 Newsletter Quinzenal



Ficha Técnica

Concepção Maquetização e Produção
STATUS-Consultores de Comunicação

DISP. REG. N 5 GABINFO/DEC/2008

Morada: Av. 25 de Setembro, n° 1123
 Prédio Cardoso
 Telef.: +258 21 32 71 16 / 17
 Fax: +258 21 32 71 17
 Director: Inguila Sevene
 Comercial: Virgilio Fernandes
 Editor: Aunorio Simbine
 Email: status@tvcano.co.mz
 Website: www.status.co.mz e www.energiamocambique.co.mz

ACESSE A NOSSA PÁGINA E DÊ SUA OPINIÃO EM :

<http://www.energiamocambique.co.mz/em/>

Siga o Energia Moçambique em <http://www.facebook.com/energia.mocambique>
 Agora, você pode compartilhar e ler todas as matérias em tempo real no Facebook.
 Além disso, estamos no Twitter.



Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro,
N.112, 1º e 2º andar, porta N. Tel. :
21327116 / 21327117. Fax: 4258 300
948. Caixa postal : 302.
www.status.co.mz

newsletters

Energia Moçambique

News letter profile:

O Newsletter quinzenal *Energia e Indústria Extractiva* é um dos vários canais do Projecto Media Energia Moçambique disponível em formato electrónico em www.energiamoçambique.co.mz/en, e impresso através da revista trimestral *Energia Moçambique*, contando ainda com programa televisivo com o mesmo nome transmitido na Televisão de Moçambique as quartas-feiras.

O Newsletter *Energia e Indústria Extractiva* veicula os principais acontecimentos passíveis com forte impacto no sector da energia e indústria extractiva tanto a nível nacional, regional e internacional. Como o projecto media *Energia Moçambique*, o Newsletter é o primeiro e único com especialização em Energia e Indústria Extractiva, o que faz dele um canal privilegiado e exclusivo para empresas que pretendam anunciar as suas marcas neste canal.

Tabela de preços:

Vinheta - 180 USD (a escolha do anunciante em qualquer espaço do Newsletter)

•Contracto anual com direito a vinheta no website Energia Moçambique.

Rodapé - 200 USD (na parte inferior do Newsletter)

•Contracto anual com direito a uma vinheta no website Energia Moçambique.

Orelha direita/primeira página - 250 USD

•Contracto anual com direito a uma vinheta no website Energia Moçambique.

facebook®

www.facebook.com/energia.mocambique